



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina

Publicado o relatório sobre a população de Javalis, urgem medidas efectivas para indemnizar os pequenos agricultores pelos prejuízos causados

As conclusões do Plano Estratégico e de Acção do Javali, promovido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e apresentado a 30 de Maio, em Évora, confirmam que Portugal tem uma sobrepopulação de javalis, que se estima perto dos 300 mil indivíduos. Da informação tornada pública, refere-se que é necessário reduzir o número de animais não só para mitigar prejuízos na agricultura e a ocorrência de acidentes rodoviários, mas também como forma de restabelecer o equilíbrio do próprio ecossistema.

Perante a confirmação do que a CNA e Filiadas há muito dizem, as únicas medidas anunciadas pelo vice-presidente do ICNF estão relacionadas com a flexibilização da caça. O proposto é que deixam de ser permitidas as esperas ao javali apenas no período de lua cheia, passando a ser possíveis noutras alturas, e são também autorizadas caçadas em milharais. Medida de eficácia duvidosa, tendo em conta a forte redução do número de caçadores, nos últimos anos, uma parte dos quais não se dedica a este tipo de caça e os avultados custos que ela implica. Ou seja, quer o dirigente do ICNF, quer os Secretários de Estado presentes passaram ao lado do grave problema que se arrasta há muito tempo e que atinge de forma muito significativa as produções agrícolas, principalmente dos pequenos e médios agricultores - ss enormes prejuízos causados à Agricultura Familiar pelos javalis que têm devastado produções hortícolas, milharais, outras searas de cereais, pomares, estufas, olivais, vinhas, soutos e mesmo floresta nova. Problemas idênticos têm sido provocados, em algumas regiões, por veados e corças, preocupação confirmada pela intervenção dos investigadores que promoveram o estudo agora apresentado.

Situação confirmada na apresentação, esta manhã do estudo na Assembleia da República, em que o Governo se recusa a assumir compromissos de pagamento das indemnizações devidas aos agricultores.

O estudo atesta a dimensão do problema e um descontrolo total, que o ICNF e os sucessivos Governos têm tentado ignorar, e, mesmo agora, continuam a não tomar medidas adequadas e eficazes, como a indispensável mobilização de meios públicos.

Recorde-se que a Assembleia da República aprovou a 20 de Julho de 2019 uma Resolução em que recomendava ao Governo o rastreamento das populações de javalis e o seu controlo sanitário, bem como indemnizações a atribuir aos agricultores pelos prejuízos.

Passados quatro anos, o pagamento dos prejuízos causados aos agricultores não aconteceu e só agora foi concluído o rastreamento.

O Governo não apenas não cumpriu com as suas obrigações institucionais em matéria da sua responsabilidade, como a determinação e controlo da densidade das espécies em causa, o que levou ao descontrolo das populações desses animais, como aponta agora para medidas a 10 anos, parecendo ignorar que isso implicará um novo crescimento do efectivo.

Importa também salientar que há o perigo real de se precipitarem problemas graves com a disseminação de doenças, com destaque para a peste suína africana, a partir dos javalis.

A CNA reclama respostas concretas e imediatas por parte do ICNF e do Governo às seguintes reclamações:

- Garantia da atribuição de “indemnizações”, de forma expedita e desburocratizada, aos lesados, a partir de levantamento de prejuízos, a fazer, designadamente, pelos serviços do Ministério da Agricultura e da Alimentação.
- Controlo da densidade, da capacidade reprodutiva e da mobilidade das populações destes animais selvagens, com destaque para os javalis, bem como o controlo do seu estado sanitário. Isso recomenda a elaboração, urgente mas participada, de “Planos Públicos de Contingência” para esses efeitos com medidas a organizar e a executar pelo Ministério do Ambiente e pelo ICNF, ouvidos os parceiros envolvidos, no terreno.

O Executivo da Direcção da CNA

Coimbra, 7 de Junho de 2023